

Branquitude e Racismo Antinegro no BBB 21: uma análise crítica do discurso da reprodução do pacto narcísico e da fragilidade branca

Whiteness and Anti-Black Racism on BBB 21: a critical discourse analysis of reproduction on narcissistic pact and the white fragility

Marco Antonio Lima do Bonfim
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Érica Alves do Nascimento
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Joiciane Maria Rodrigues de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Kátia Daniela Gomes Honorato
Universidade Estadual do Ceará, Brasil


Resumo

Neste artigo realizamos uma análise de discurso crítica da manifestação do pacto narcísico entre pessoas brancas a partir dos comentários que circularam no Twitter relativos à discriminação racial ocorrida no Big Brother Brasil, edição de 2021, a fim de problematizar os mecanismos de poder que atribuem privilégios raciais (materiais e simbólicos) à branquitude reproduzindo o racismo antinegro. Para tanto, tivemos por base de um lado os Estudos Críticos sobre a branquitude (BENTO, 2002, 2022; CARDOSO, 2010; CARDOSO, 2020; SCHUCMAN, 2014, entre outros/as) e de outro a abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica. (FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2005; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Tal abordagem discursiva procura identificar a significação da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder. Concluímos que os discursos presentes nas postagens evidenciam o pacto narcísico da branquitude que sustenta o racismo estrutural, mitigando/negando ações e discursos de pessoas brancas que reverberam a hegemonia racial existente, como também demonstra a fragilidade branca que emerge da solidariedade entre os pares.

Palavras-chave: Branquitude. Racismo antinegro. Análise de Discurso Crítica. Big Brother Brasil.

Informações do artigo

Submetido em 22/03/2022
Aprovado em 17/04/2022
Publicado em 29/04/2022.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2022.v22n1.p176-197>



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Abstract

This article is a Critical Discourse Analysis of the manifestation from narcissistic pact between white people based on the comments on Twitter related to a racial discrimination occurred on the Big Brother Brasil, edition 2021, for the purpose of problematize the power mechanisms that attribute to racial privileges (materials and symbolic) to whiteness reproducing the anti-black racism. Thus, we had in one side the Critical Studies about whiteness (BENTO, 2002; CARDOSO, 2010, 2020; SCHUCMAN, 2014, and others) on the other side the theoretical-methodological approach to Critical Discourse Analysis. (FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2005; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). This discursive approach looking for identify the meaning of the language in a production, maintenance and change of social power relations. In conclusion, the speeches present in the posts show the narcissistic pact of whiteness that sustains structural racism, mitigating/denying actions and speeches of white people that reverberate the existing racial hegemony, as well as demonstrating the white fragility that emerges from solidarity among peers.

Keywords: Whiteness. Anti-black Racism. Critical Discourse Analysis. Big Brother Brasil

Como ser citado (modelo ABNT)

BONFIM, Marco Antonio Lima do; NASCIMENTO, Érica Alves; CARVALHO, Joiciane Maria Rodrigues de; HONORATO, Kátia Daniela Gomes. Branquitude e Racismo Antinegro no BBB21: uma análise crítica do discurso da reprodução do pacto narcísico e da fragilidade branca. **Ágora Filosófica**, Recife, v. 22, n. 1, p. 176-197, jan./abr. 2022.

1 INTRODUÇÃO

O *Big Brother Brasil* (BBB) é um programa televisivo que faz sucesso há mais de duas décadas, porque revela a estrutura social na qual estamos inseridos através de sujeitos que são vigiados 24h por dia, durante três meses. Assim, as questões relativas à raça, gênero e classe emergem das práticas sociais vividas neste programa como espelhamento das práticas sociais do cotidiano dos(as) brasileiros(as) e, com a internet e as redes sociais, tornam-se pautas de debates nacionais. Nesse contexto, um caso de racismo antinegro envolvendo os participantes João Luiz Pedrosa, professor de geografia negro, e Rodolfo Matthaus, cantor branco, foi amplamente discutido na edição de 2021 do BBB. Toda semana eram escolhidos dois participantes para se submeter ao “castigo do monstro”, entendido como o ato do(a) participante se caracterizar com uma fantasia designada pela produção do programa.

Em uma das semanas, o cantor sertanejo Rodolfo Matthaus foi escolhido para se vestir de “homem das cavernas”, usando uma peruca que se assemelhava ao cabelo afro, para compor a fantasia, a qual comparou com o cabelo de João Luiz, que se ofendeu e denunciou o ato racista ao vivo, o que causou grande comoção, uma vez que, apesar da circulação do vídeo do ato e do relato da vítima na TV aberta em rede nacional, houve, por uma parcela de internautas, inclusive famosos, um posicionamento de mitigação do corrido, o que fez a tag #vitimismo ficar em alta no Twitter após essas manifestações.

Diante deste fato e levando em conta que toda análise de discurso crítica parte de um problema social, ou seja, de um problema relacionado e/ou constituído discursivamente na vida social, realizamos¹ uma análise de discurso crítica da manifestação do pacto narcísico (BENTO, 2021) entre pessoas brancas a partir dos comentários que circularam no Twitter relativos à esta discriminação racial ocorrida no BBB 21, a fim de discutir os mecanismos de poder que atribuem privilégios raciais (materiais e simbólicos) à branquitude brasileira reproduzindo o racismo antinegro.

¹ O “nós” que aparecerá durante todo o artigo por meio da 1ª pessoa do plural não faz apenas referência ao autor e as três autoras deste texto, mas diz respeito também a *racialização* destes corpos-autores, isto é, seguindo a sequência dos nomes na primeira página do artigo, há um primeiro corpo-autor negro, uma autora branca, na sequência, uma autora negra e, por fim, uma autora branca. Em relação às autoras brancas, destacamos que é possível visualizar por parte destas um processo de aprendizado dos efeitos de sua posição enquanto branquitude privilegiada em uma sociedade racista e que almeja tornar-se branquitude aliada na luta antirracista.

O texto está estruturado em três seções. Na primeira, apresentando a perspectiva faircloughana de análise de discurso crítica bem como os principais conceitos mobilizados para a análise discursiva realizada mais adiante. Na segunda seção, explicitamos os conceitos de raça, racismo antinegro e categorias correlatas, apresentamos o campo dos Estudos Críticos sobre a branquitude articulando-o com a ADC (Análise de Discurso Crítica). Por fim, na terceira seção, efetuamos a análise de discurso crítica da representação do pacto narcísico presente nas postagens registradas no Twitter.

Ressaltamos que este estudo vem a se somar com outras pesquisas acerca da representação discursiva da branquitude brasileira utilizando a análise de discurso crítica. Tais investigações ainda são bem reduzidas. Somamo-nos, por exemplo, ao estudo de Oliveira e Resende (2020) que buscou “investigar como estudantes brancos/as da UFBA [Universidade Federal da Bahia] constroem imagens de mulheres negras por meio dos recursos do discurso”. (OLIVEIRA; RESENDE, 2020, p. 150). No entanto, nosso foco reside na representação discursiva dos mecanismos que garantem uma espécie de proteção entre a branquitude a fim de que possamos contribuir para o fortalecimento de práticas antirracistas no Brasil.

2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: A PERSPECTIVA DIALÉTICO-RELACIONAL

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma teoria/método para o estudo do discurso, que “dedica-se a análise de textos, eventos e práticas sociais no contexto sócio-histórico, principalmente no âmbito das transformações sociais” (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p. 27), compreendendo que o discurso “é um modo de ação e, assim, trata-se de uma forma pela qual as pessoas agem sobre a realidade social assim como a representam” (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017, p. 40). Essa análise acontece dentro da materialidade discursiva, considerando sempre a relação inseparável entre linguagem e sociedade e a correlação entre texto, prática discursiva e prática social.

A preocupação da ADC é investigar a linguagem enquanto discurso, seu objeto de estudo, sempre considerando o contexto e de modo engajado, para desvelar relações assimétricas de poder. Para alcançar esse propósito dentro dos estudos críticos do discurso, há seis abordagens da ADC que podem ser consideradas, entre elas, a Dialético-Relacional, de Norman Fairclough, que utilizaremos como base neste

artigo. Fairclough (2001) apontou “a possibilidade de mudança discursiva, que tem potencial para ocasionar uma posterior e paulatina mudança social” (IRINEU, 2020, p. 37) e propôs que a ADC deve “realizar uma análise consistente em termos de sustentação argumentativa, com evidências em análise de práticas, e construir um novo sentido para as ideologias naturalizadas, dessa forma, desvelando manifestações de poder”. (BATISTA JR, MELO e SATO, 2018, p. 126).

A abordagem de Fairclough (2003) se ampara nas contribuições da Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday e propõe uma articulação entre as duas disciplinas, porque ambas veem a linguagem como um sistema aberto a mudanças socialmente orientadas. Halliday (1995) focaliza, em sua teoria, as funções sociais presentes na linguagem e que se inter-relacionam nos textos, porém “a importância do discurso na constituição, reprodução, contestação e reestruturação das identidades” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 58) não é captada na LSF de Halliday.

Dando ênfase a essa lacuna, Fairclough (2003) propõe uma recontextualização das funções da linguagem apresentadas por Halliday (1995) – associando-as ao gênero discursivo, ao discurso e ao estilo – e destaca a função identitária que estava à margem, por acreditar que “os modos de construção e categorização de identidades em uma dada sociedade refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 59). Para isso, Fairclough (2003) operacionaliza três significados presentes nos enunciados, são eles: o significado acional, que “focaliza o texto como modo de interação em eventos sociais”; o significado representacional, que “ênfatiza a representação dos aspectos do mundo - físico, mental, social - em textos”; e o significado identificacional, que “refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso”. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 60).

Assim como postulado por Fairclough (2003), consideramos que os três significados não se manifestam de modo isolado, mas sim simultaneamente nos diversos enunciados. Entretanto, para fins metodológicos, as análises podem ser realizadas com foco específico em um desses significados. Desse modo, considerando o objetivo da análise neste artigo, selecionamos o significado representacional com ênfase na interdiscursividade via lexicalização de significados para a análise aqui proposta. A interdiscursividade é a capacidade de um texto articular diversos discursos, uma vez que “diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas

estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem umas com as outras”. (FAIRCLOUGH, 2003 apud RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 70). Nesse sentido, “a escolha lexical tem relevância em estudos discursivos, tornando produtiva a análise de determinadas palavras socialmente destacadas” (BATISTA JR, MELO e SATO, 2018, p. 146), uma vez que os discursos “lexicalizam o mundo de maneiras particulares”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

Fairclough, assume que “o discurso contribui para a construção das identidades sociais e posições de sujeito, para os sujeitos e os tipos de ‘eu’”. (2001, p. 91). Podendo colaborar para o tensionamento ou para a manutenção das estruturas sociais de poder. O termo poder pode ser entendido como a capacidade de controlar ordens do discurso mostrando que um dos aspectos de tal controle é ideológico. (BONFIM, 2018). Por ordem do discurso, estamos entendendo “uma combinação particular de diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos, que são articulados de modo distintivo”. (FAIRCLOUGH, 2005, p. 925). Assim, compreendemos que uma análise discursiva nos moldes da ADC releva os posicionamentos dos sujeitos sociais envolvidos nas mais diversas práticas discursivas, contribuindo para a construção de nossas identidades sociais.

Desse modo, o poder não é estável e pode transitar entre os grupos que compõem a hierarquia social. Entretanto, aqueles que estão no topo dessa hierarquia utilizam-se de mecanismos ideológicos, por meio dos discursos e das práticas sociais, para a manutenção de sua hegemonia, isto é, “a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar o seu consentimento”. (IDEM, 2001, p. 127). Noutras palavras, a hegemonia se constitui através da naturalização dos mecanismos que sustentam a concentração de poder e rompê-la não é uma tarefa fácil.

Desse modo, nos propomos a analisar neste artigo, à luz da ADC, os mecanismos de poder que atribuem vantagens sociorraciais a pessoas brancas, contribuindo para a manutenção da hegemonia racial materializada no discurso, para desvelar um problema que emerge da base da estrutura social da formação do povo brasileiro: os pactos narcísicos da branquitude que sustentam o racismo estrutural, mitigando ações e discursos racistas de pessoas brancas.

3 RAÇA, RACISMO E OS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE

O termo *raça* é compreendido aqui em um sentido sociológico, discursivo e político. (GUIMARÃES, 2008; GOMES, 2016). Hall (2006) sintetiza bem esse entendimento,

A *raça* é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto [...] de diferenças em termos de características físicas e corporais, etc.- como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2006, p. 63 – grifo do original).

Diante dessa postura, podemos pensar a *raça* no contexto brasileiro como efeito dos discursos produzidos/ritualizados acerca das significações a respeito do que é ser negro(a), do que é ser branco(a), indígena etc., no Brasil. Sendo assim, devemos compreendê-la como ideologicamente situada e relacional (LOPES, 2010), levando em conta outras marcações de diferença (gênero, e classe, por exemplo) que se interseccionam com *raça* constituindo as nossas identidades sociais. A *raça*, em nosso entendimento, é uma categoria que mobiliza situações e outras categorias como discriminação e preconceitos raciais, além do sistema de hierarquia, desigualdade e opressão que se organiza por meio dela, ou seja, o *racismo antinegro*. (NOGUERA, 2014).

O racismo antinegro é uma forma sistemática de dominação que tem na *raça*, na hierarquia sociorracial entre corpos negros e brancos, o seu fundamento. Principalmente no Brasil, ele é estrutural e estruturante de qualquer relação social, pois não está apenas no nível do preconceito (no ato individual de um sujeito branco(a), a partir de um conjunto de crenças e valores, depreciar, estereotipar e humilhar corpos negros), mas organiza, estrutura, integra inescapavelmente a organização econômica, política, cultural e discursiva de nossa sociedade.

Silvio Almeida (2019), ao definir o racismo como estrutural, parte da concepção de que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e um desarranjo institucional”. (ALMEIDA, 2019, p. 50). Em sendo estrutural, o racismo antinegro estrutura também a forma como interpelamos os outros e a forma como os outros nos interpelam, no sentido de sermos constituídos discursivamente; de nossas identidades sociorraciais

serem produzidas a partir da representação/construção que o outro faz de nós. (BONFIM, 2016). Dito de outro modo, ao utilizar a língua em nossas práticas discursivas mobilizamos um conjunto de marcadores de diferença social que são constitutivos do processo identitário, tais como raça, gênero e classe. Nesse sentido, o racismo antinegro no Brasil revela a sua peculiaridade, pois assenta-se em dois pilares, quais sejam: a *falácia da democracia racial* e a *política de embranquecimento*.

A falácia da democracia racial pode ser compreendida como uma narrativa ideológica que se difundiu no pensamento social brasileiro do final do século XIX (e em outras áreas científicas) e foi impregnando a literatura, o cinema, a música, enfim, comparece em vários discursos raciais que negam a desigualdade racial entre brancos(as) e negros(as) no Brasil como resultado do racismo antinegro, defendendo que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade e de oportunidade. (GOMES, 2005; MUNANGA, 2020; JESUS, 2021). Foi e é por conta dos efeitos desse discurso (que reitera relações e práticas coloniais) que muitos(as) sujeitos negros(as) brasileiros(as) ao se autodeclararem racialmente se marcam como *morena(o)*, *mulata(o)*, *sarará* etc., menos enquanto negro (preto(a) e/ ou pardo(a) para o IBGE).

O mito da democracia racial defende e reproduz a ideia de que “somos todos mestiços” (e/ou iguais em termos raciais) e, portanto, “não existe discriminação racial no Brasil”. Por seu turno, a ideologia do branqueamento diz respeito a uma *política de embranquecimento* da população negra brasileira como um projeto de construção de uma identidade branca ou morena (vide os efeitos presentes na ideia do ser “moreno(a)”, “moreno(a) claro(a)” ou “mulato(a)”) com vistas a constituição de uma nação embranquecida, com valores ditos superiores e civilizados. A política de embranquecimento da população negra, portanto, está de mãos dadas, ou melhor, é uma das principais formas de manifestação da falácia da democracia racial no Brasil. No que se refere à constituição de nossas identidades raciais, tanto a falácia da democracia racial quanto a política de embranquecimento (ou branqueamento) atravessam incessantemente o que é ser um corpo lido socialmente como branco(a) ou como negro(a).

A ideologia do branqueamento atua na formação da personalidade do sujeito negro (SOUZA, 1983) e, desse modo, o branqueamento do(a) negro(a) brasileiro(a) está relacionado à busca da construção de uma identidade branca que o/a negro(a), foi coagido(a) a desejar. Para fins de exemplificação da atuação e do perigo (para

negros e negras) da ideologia do branqueamento, citamos o fato de mulheres negras serem coagidas – via esse discurso do tornar-se branca – a alisarem ou relaxarem seus cabelos, ou até mesmo pintá-los de loiro, numa tentativa de encobrir seus (das mulheres negras) traços identitários presentes no cabelo natural (crespo) da mulher negra. Mais que uma questão de estética/beleza, o que está em jogo aqui é uma questão de identidade política do que é ser (ou não ser) mulher negra em uma sociedade racista. (HOOKS, 2005; GOMES, 2002).

Esta política do embranquecimento atua também na idealização do corpo masculino brasileiro tendo por base o padrão da “ditadura da estética eurocentrada branca” (GOMES, 2017, p. 77) que produz o discurso da folclorização, do exotismo ou da negação do cabelo e do corpo de negros e negras. De acordo com Osório (2021), “os estereótipos criados sobre os homens negros são decorrentes do contexto sociocultural do período colonial e retroalimentam o imaginário social atualmente”. (OSÓRIO, 2021, p. 46). Nesse sentido, o fato dos cabelos naturais (crespos) de homens negros e mulheres negras serem rotulados como “pixaim” ou serem motivo de piadas, “brincadeiras” etc., confirma a constatação de que “o racismo não só transforma a branquidade [corporeidade de pessoas brancas] como característica moral a ser atingida, mas também no padrão estético a ser almejado”. (GOMES, 2017, p. 81). Tornar-se negro(a), portanto, como já disse a psicanalista negra Neusa Souza (1983), por um lado

é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade. (SOUZA, 1983, p. 18).

Ser negra(o) no Brasil é uma eterna luta cotidiana, pois nosso país ainda ensina a negros(as), que para serem sujeitos “é preciso negar-se a si mesmo”. (GOMES, 2005, p. 43). Mesmo diante das vitórias significativas do movimento negro nas últimas três décadas como a conquista do Estatuto da Igualdade Racial, das Leis Federais 10.639/2003 e 12.711/2012 (respectivamente, a lei acerca da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares do país e a lei de cotas raciais para ingresso de negras(os) em concursos públicos) e demais políticas de ações afirmativas para a população negra temos presenciado uma série de discursos e práticas racistas.

Por outro lado, exatamente por essas conquistas oriundas das pressões e lutas dos movimentos negros junto ao Estado brasileiro, é possível constatar que a população negra subiu de 1% (na década de 1980) para 50,3%, em 2019, em termos de ingresso nas universidades públicas brasileiras (IBGE, 2019), e desse modo visualizar também uma crescente politização da raça na sua relação com a constituição de identidades e estéticas negras, uma vez que tem aumentado a quantidade de “[...] pessoas negras que escrevem sobre a sua experiência de ser negro, denunciam o racismo, transmitem informações, dão dicas de beleza e cuidados com a pele e o cabelo crespo”. (GOMES, 2017, p. 70).

Ainda falando em identidades raciais é fundamental racializarmos as pessoas que são lidas socialmente como brancas, ou seja, branco(a) tem raça (ALMEIDA, 2019; CARDOSO, 2020; SHUCMAN, 2020), mas não sofre racismo. Em tempos em que o discurso do “racismo reverso” vem circulando, é necessário este alerta. Pessoas brancas não sofrem racismo porque, como já dito anteriormente, o racismo é um sistema de poder/dominação e negros(as) não possuem poder (no sentido de terem a herança colonial a seu favor) para oprimir brancos(as) racialmente. Aqui é essencial apresentar o *conceito de branquitude* e a sua relação com a (re)produção e o combate ao racismo antinegro, de acordo com o campo de Estudos Críticos sobre a Branquitude.

Os *Estudos Críticos sobre a Branquitude (Critical Whiteness Studies)*, se configuram como um campo de pesquisa relativamente recente no âmbito das pesquisas acerca das relações raciais. Tem despontado envolvendo principalmente áreas como a Sociologia, Psicologia Social, Antropologia e Educação (BENTO, 2002, 2022; CARDOSO, 2010; CARDOSO, 2020; SCHUCMAN, 2014; entre outras). Esse campo de pesquisa se dedica a compreender, a partir do constructo ideológico de poder nomeado de branquitude, as formas de poder incrustadas nas relações sociais entre pessoas lidas socialmente como brancas e pessoas negras em sociedades estruturadas pelo racismo antinegro. Busca-se, nesta abordagem, racializar o(a) branco(a) nas relações raciais, isto é, focalizar a constituição da identidade racial branca. Para Schucman (2014), a branquitude é entendida como uma posição que confere a estes corpos vantagens no que diz respeito ao “acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. (SCHUCMAN, 2014, p. 94).

Cardoso (2010), define essa posição como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo. (CARDOSO, 2010, p. 611). É desse lugar de neutralidade, de falta de reconhecimento racial e de manutenção dos privilégios que a branquitude opera e (re)produz o racismo, tratando-o como um problema das pessoas pretas. Para romper com esse ciclo, é importante que as pessoas brancas pensem a branquitude, analisando a sua posição de opressor e as estratégias de manutenção dessa opressão. A invisibilidade da branquitude naturaliza a isenção das pessoas brancas na luta antirracista, a amenização do racismo e o apagamento da posição de opressor.

Com a finalidade de apresentarmos, junto ao conceito de branquitude, os conceitos de privilégio (vantagem) racial, pacto narcísico e, mais adiante, fragilidade branca, teremos por base dois depoimentos coletados e analisados pela psicóloga branca Lia Schucman (2012), no ato de sua pesquisa de doutorado em Psicologia Social pela USP. Os excertos compõem parte das entrevistas que a pesquisadora realizou com pessoas (os nomes são fictícios) lidas socialmente como brancas e que se sabiam brancas na cidade de São Paulo.

Lílian: Eu já consegui serviço *porque eu era clara e a outra pessoa era negra*. E depois descobri que a patroa era racista, que ela não gostava de negro.”

Marcelo: Meu chefe é bem racista. Dizia que ele só gostava de trabalhar com gente branca, tinha *preferência por branco* ... Aí, se eu fosse negro? Nunca teria sido contratado. (SCHUCMAN, 2020, p.136 – grifos nossos).

Notem como a brancura, ou seja, o fenótipo não-negro funciona como um dispositivo de poder que situa os corpos lidos socialmente como brancos(as) em um lugar de poder, de autoridade, de privilégio simbólico e material sobre negras(os). A nosso ver, ser branco(a), em um país racista como o Brasil é *ser socialmente lido(a)* como este corpo que é simultaneamente favorecido(a) por essa estrutura de poder racializada e (re)produtor(a) ativo(a) (mesmo “sem querer”) dela “através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento”. (BENTO, 2002, p. 45).

Quando falamos acima da invisibilidade do(a) branco(a) foi no sentido de que, em geral, as branquitudes (incluindo as que se querem progressistas e antirracistas)

não se racializam, não se marcam racialmente enquanto sujeitos sociais que são tidos como um sujeito universal (FANON, 1968; NASCIMENTO, 2019), como o modelo de ser humano, como padrão de beleza e de conhecimento. De acordo com Bento (2002), essa postura da branquitude em não se racializar, em não falar com outras pessoas brancas acerca de suas vantagens raciais estrutura um *pacto narcísico* entre brancos/as “*um acordo tácito entre os[as] brancos[as]* de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2002, p. 137- grifo nosso) que os(as) protegem.

O pacto narcísico da branquitude se efetua por meio da identificação entre as pessoas brancas que projetam seu amor narcísico em seu semelhante para que este grupo racial se mantenha no topo da hierarquia racial e continue usufruindo de seus *privilégios*. Nas palavras de Bento (2022), esse pacto diz respeito ao silenciamento da herança escravocrata para as pessoas brancas. Em suas palavras, “[f]ala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata [em termos de acúmulo de riquezas materiais e simbólicas] e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”. (IDEM, p. 23)

Para quem é branco(a) e ocupa esse lugar, o reconhecimento de que a sua identidade racial está ancorada nestas vantagens raciais provoca um desconforto, um estresse racial. Pois, a branquitude não está acostumada a ser submetida ao estresse racial e, quando isso acontece, a *fragilidade branca* (*White fragility*), de acordo com Diângelo (2018), vêm à tona. A fragilidade branca é “um estado em que mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. (DIANGELO, 2018, p. 40). Esses movimentos são realizados na busca do conforto racial branco ao qual a branquitude está acostumada, ou seja, reestabelecimento do equilíbrio racial branco. Este fenômeno se materializa por meio do “discurso da autodefesa” (alegações de autodefesa), segundo a referida pesquisadora branca, é através “desse discurso, [que] os[as] brancos[as] se posicionam como vitimados[as], feridos[as], culpados[as], atacados[as] e sendo usados[as] como “saco de pancada[s]” (DIANGELO, 2018, p.49).

A nosso ver, este não é o caminho para pessoas brancas que se querem antirracistas. Para a pesquisadora branca, Denise Carreira (2018, p. 134), a

constituição do “sujeito branco antirracista passa por se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência” entre o se racializar/ saber-se branco(a) e o que se faz com o incômodo desta descoberta. Portanto, é preciso ter vontade para “enfrentar o desconforto das conversas sobre o racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa [das pessoas brancas] história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas nossas instituições”. (IBIDEM).

Enquanto analistas críticas(os) do discurso, entendemos que se o discurso, como já mencionamos, contribui para a construção das identidades sociais e posições de sujeito, acreditamos que uma articulação entre os estudos críticos sobre a branquitude e a análise de discurso crítico é não só bem-vinda como necessária no que diz respeito a formas de rearticulação das ordens do discurso racial no contexto brasileiro, tendo em vista a formação desta identidade branca, de fato, antirracista. Nesse sentido, a análise discursiva que faremos na próxima seção pretende evidenciar como o privilégio da branquitude emerge em interações comunicativas forjadas a partir de uma ofensa racista no âmbito do Big Brother Brasil 21.

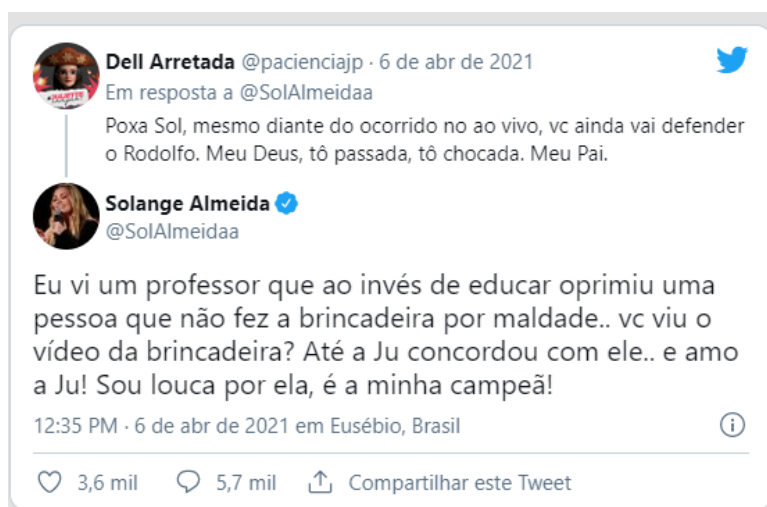
4 RACISMO ANTINEGRO E O PRIVILÉGIO BRANCO NO BRASIL

Selecionamos, para efeito desta análise, três comentários da rede social *Twitter* produzidos por pessoas lidas socialmente como brancas. O primeiro comentário é de autoria de uma famosa cantora e compositora, Solange Almeida; os outros dois são de dois homens brancos em concordância com a argumentação da referida cantora acerca da discriminação racial promovida pelo participante branco, o cantor Rodolfo Matthaus, referente ao cabelo de um dos participantes negros, o professor João Luiz, dentro do programa Big Brother Brasil (BBB), na edição de 2021, que teve grande repercussão. Utilizamos como critério de seleção a) o fato dos comentários terem uma relação direta com essa ofensa racial no BBB; b) das postagens terem pessoas brancas como autoras e c) destes textos revelarem posicionamentos discursivos indicativos da ação do pacto narcísico entre a branquitude.

A partir do entendimento de que “todo enunciado é um *elo na cadeia da comunicação discursiva*” (BAKHTIN, 2006, p. 289 - grifo nosso) buscamos focalizar exatamente esse elo na cadeia interdiscursiva relativa a maneira como as postagens/discursos a seguir materializam não só uma uma historicidade dos textos

(FAIRCLOUGH, 2001), mas também representam discursivamente formas de reprodução do racismo antinegro por meio da maneira como o pacto narcísico é acionado para a proteção de pessoas brancas entre si. Desse modo, realizamos a análise discursiva a partir da categoria do significado representacional com ênfase na interdiscursividade via lexicalização de significados. Vejamos as três postagens que tratam do mesmo fato:

Figura 1 – postagem de Solange Almeida



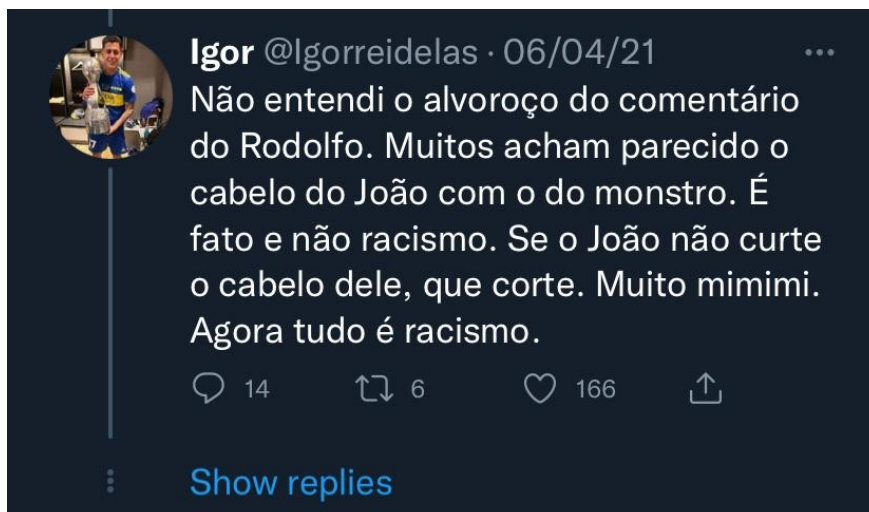
Fonte: Twitter

Com o intuito de realizamos uma análise de discurso crítica da manifestação do pacto narcísico entre pessoas brancas a partir dos comentários que circularam no Twitter relativos à discriminação racial ocorrida no *Big Brother Brasil*, edição de 2021, utilizamos como categoria analítica a lexicalização. A unidade mínima de análise da ADC dialético-relacional é o texto, logo, as palavras que os compõem são carregadas de significados e suas escolhas não acontecem ao acaso. “A escolha lexical tem relevância em estudos discursivos, tornando produtiva a análise de determinadas palavras socialmente destacadas” (BATISTA JR; MELO; SATO, 2018, p. 146), uma vez que os discursos lexicalizam “o mundo de maneira particulares”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129). Dessa forma, o significado das palavras usadas para tratar sobre o ato racista lexicalizam os mecanismos utilizados pela branquitude, tornando-os reconhecíveis e possibilitando sua análise.

O vocábulo escolhido pela cantora para nomear o ocorrido como “brincadeira”, já evidencia um eufemismo (ou uma negação), que suaviza a fala racista e, ao mesmo tempo, infantiliza o opressor, colocando-o como ingênuo. Além disso, a escolha da

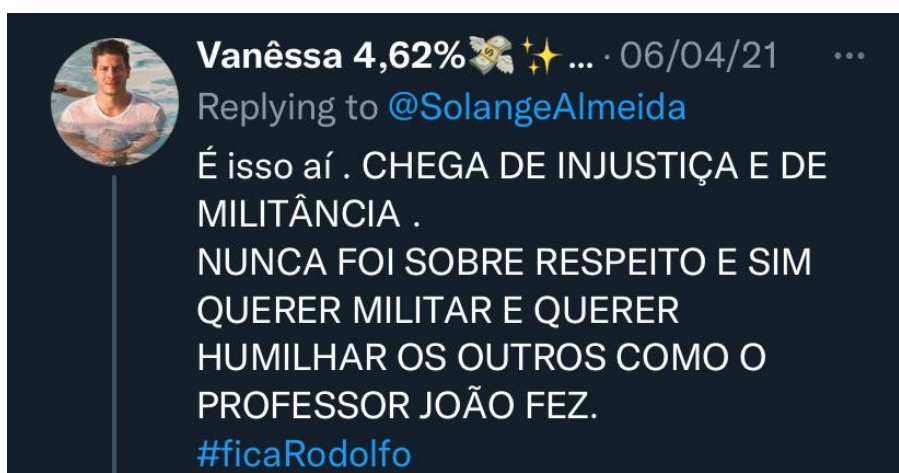
nomeação da vítima a partir de sua profissão e a posição que esse termo é colocado na frase, tematiza João Luiz como sujeito realizador da ação: “um professor [...] oprimiu uma pessoa” mostra a intenção de trocar os papéis de opressor e oprimido, apontando a denúncia como forma de opressão e não de revelar um ato de racismo. É evidente ainda na expressão “por maldade” a ideia de que haveria um racismo mais brando, que o opressor realiza sem a intenção de oprimir e que, portanto, todos devem perdoar. Essa ideia colabora, na ordem do discurso racista, para a deslegitimação da dor da vítima demonstrando uma solidariedade entre os pares brancos(as), ou seja, manifesta o pacto narcísico da branquitude. A esse respeito observem as figuras 2 e 3.

Figura 2 – “Agora tudo é racismo”



Fonte: Twitter

Figura 3 – “Chega de injustiça e de militância”



Fonte: Twitter

Alberto Guerreiro Ramos ([1957] 1995) apontou em “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”, “[...] que a minoria dominante branca, para garantir a espoliação, recorria não somente à violência, como também utilizava um sistema de pseudojustificações e estereótipos”. (RAMOS, 1995 [1957], p. 220). É exatamente esse o mecanismo utilizado pela cantora e pelos dois homens brancos nas postagens acima, não apenas para mitigar, mas principalmente, para ocultar e negar (“Muito mimimi. Agora tudo é racismo”) o racismo sofrido por João Luiz. Notem o uso das pseudojustificativas – “Até a Ju [Juliete, outra participante da mesma edição do BBB, uma mulher branca] concordou com ele” – e de estereótipos – “Um professor que ao invés de educar, oprimiu”, buscando, na profissão da vítima, uma desculpa para não denunciar o crime, como se fosse uma obrigação do professor negro ensinar o homem branco como deve se comportar em sociedade.

A branquitude tem a dificuldade de se enxergar no lugar de opressor racial, por isso, amenizar a figura dos pares que cometem atos racistas é uma estratégia usual. A interdiscursividade presente nos discursos acima, promove um suposto distanciamento dos sujeitos brancos envolvidos, pois ao se distanciarem do lugar racial de opressor(a), afastam todos que estão na mesma posição ou são fenotipicamente marcados(as) como ele(a), evidenciando, desse modo, o pacto narcísico. Além disso, a branquitude, por estar acostumada a uma *posição de privilégio racial*, não suporta o questionamento de seus posicionamentos e discursos, mesmo que sejam evidentemente racistas, o que comprova a fragilidade branca e, para garantir a permanência no topo da hierarquia racial, busca estratégias para manter um lugar de superioridade, de detentores(as) da versão mais confiável da realidade, aquela que não pode ser questionada, usufruindo também do privilégio da dúvida (será que essa pessoa cometeu mesmo esse ato?) negado às pessoas pretas.

Vale destacar que a posição de privilégios ocupada pelo grupo racial branco não se trata de uma escolha, como aponta Lourenço Cardoso (2010), a branquitude crítica são os sujeitos que publicamente desaprovam o racismo e a branquitude acrítica diz respeito aos defensores da ideia de superioridade racial das pessoas brancas, mesmo assim essa branquitude crítica, consciente da sua pertença racial, que não exerce ou concorde com o racismo, se mantém detentora de privilégios pelo fato de pertencer ao grupo racial branco em uma sociedade assentada no racismo estrutural. Portanto, é necessário compreender o privilégio branco para entender a

branquitude assim como entendermos como tais privilégios são mantidos e reproduzidos.

Em nossa avaliação, os discursos presentes nas postagens evidenciam o pacto narcísico da branquitude que sustenta o racismo estrutural, mitigando/negando ações e discursos de pessoas brancas que reverberam a hegemonia racial existente, como também demonstra a fragilidade branca que emerge da solidariedade entre os pares. Acreditamos que a análise realizada corrobora o desvelamento da rede de práticas em que o discurso da branquitude opera e escancara um problema que emerge da base da estrutura social da formação do povo brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo realizamos uma análise de discurso crítica da manifestação do pacto narcísico entre pessoas brancas a partir dos comentários que circularam no Twitter relativos à discriminação racial ocorrida no *Big Brother Brasil*, edição de 2021, a fim de discutir os mecanismos de poder que atribuem privilégios raciais (materiais e simbólicos) à branquitude brasileira reproduzindo o racismo antinegro.

Mediante a análise foi possível perceber que as ideologias presentes nas postagens evidenciam uma cadeia interdiscursiva que revela o funcionamento do discurso racista (VAN DIJK, 2021) no Brasil principalmente pelo modo como esse uso da linguagem materializa formas de reprodução do racismo antinegro por meio da maneira como o pacto narcísico conectado ao uso do discurso da fragilidade branca é acionado para a proteção de pessoas brancas entre si, isto é, para a manutenção e reprodução do pacto da narcísico da branquitude enquanto uma dimensão do racismo antinegro.

Concluimos também que a articulação entre Análise de Discurso Crítica e os Estudos Críticos sobre a Branquitude possibilitou a visualização, análise e compreensão dos efeitos materiais do pacto entre a branquitude (uma prática que é geralmente muito sutil) na reprodução do racismo antinegro vivido pela população negra brasileira na medida em que a análise de itens lexicais (estrutura linguística) revelou uma macroestrutura social mais ampla (uma das dimensões do racismo antinegro). O que corrobora com o nosso papel como analistas críticas(os) do discurso em, “por um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, *intervir socialmente para produzir mudanças* que favoreçam àqueles(as) que possam se

encontrar em situação de desvantagem”. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 22 – grifo nosso).

Nesse sentido, para que tenhamos práticas discursivas, de fato, antirracistas, por parte da branquitude (seja ela acadêmica ou não) é preciso que estes sujeitos se posicionem no sentido de dismantlar, no Brasil, o racismo antinegro como um crime perfeito. O renomado antropólogo negro Kabengele Munanga (2010), em uma entrevista, explica que geralmente em nosso país muitas pessoas brancas dizem a pessoa negra que reage ao ato racista “você que é complexado”[...]. Ele [ela, branco, branca] rejeita a culpa e coloca na própria vítima [...] Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema.” (MUNANGA, 2010)². Portanto, é preciso, como nos alerta Schucman (2014), “[...] que a branquitude, como lugar de normatividade e poder, se transforme em identidades étnico-raciais brancas onde o racismo não seja o pilar de sua sustentação” (SCHUCMAN, 2014, p. 96), e isso dependerá de os(as) sujeitos brancos(as) desenvolverem e/ou serem interpelados por processos de letramento racial (TWINE; STEIBUGLER, 2016) e como consequência disto, passem a efetuar mudanças em seus micro lugares de poder e atuação visando a contínua desnaturalização dos “efeitos do racismo vivido” (RODRIGUES, 2020) como tem nos ensinado a antropóloga negra Vera Rodrigues.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólem, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 163-211.

BATISTA JR, José; SATO, Denise; MELO, Iran. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

² Fonte: <<https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>> - acesso em: 27 mai.2022.

BENTO, Cida. Branqueamento e branquitude no Brasil. CARONE, Iray; BENTO; Maria. (Orgas). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BENTO, Cida. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514.

BENTO, Cida. **O branco na luta antirracista: limites e possibilidades**. In: Branquitude: racismo e antirracismo (diálogos do encontro). 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONFIM, Marco. Linguagem e identidade: O lugar do corpo nas práticas identitárias raciais”. **Linguagem em Foco - Dossiê Linguagem e Raça: diálogos possíveis**. v. 8, n. 2, 2016.

BONFIM, Marco. Mística e identidade Sem Terra: uma Análise de Discurso Crítica Multimodal no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Colineares**, v. 05, n. 02, 2018. p. 33-49.

BONFIM, Marco. Por uma linguística aplicada antirracista, descolonial e militante: racismo e branquitude e seus efeitos sociais. **Lingu@ Nostr@**, v. 8, 2021. p. 157-178.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 8, 2010. p. 607-630.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional (a branquitude acadêmica v.2)**. 1ed. Curitiba: Appris, 2020.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR 28**, v.15 n. 28, 2018, p. 127-137.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 1999.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London and New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord.trad.; revisão e prefácio à ed. brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Peripheral vision: discourse analysis in organization studies – the case for critical realism. **Organization Studies**, v. 26, n. 6, 2005. p. 915-939. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840605054610>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

GOMES, Nilma. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. São Paulo: USP, 2002.

GOMES, Nilma. Entrevista. **Revista Linguagem em Foco**. v.8, n. 2. Fortaleza, 2016. p. 115-122.

GOMES, Nilma. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In PINHO, O; SANSONE, L. (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p. 63-82.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, Michael. **An Introduction to Functional Grammar**. London: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Trad. Lia Maria dos Santos. **Revista Gazeta de Cuba** – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo- por-bellhooks/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**. v. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IRINEU, Lucineudo; PEREIRA, Adriana; SILVA, Ametista; SANTANA, Ana; LIMA, Fernando; SANTOS, Suellen. **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

JESUS, Rodrigo. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

LOPES, Adriana. **Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca**. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, 2010.

MAGALHÃES, Izabel. MARTINS, André; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Daniele; RESENDE, Viviane. **Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA**. Bakhtiniana, 15(4), out./dez. 2020. p. 149-171.

OSÓRIO, Andy. **Corra, homem negro! Uma análise de discurso crítica da constituição discursiva de masculinidades negras e estereótipos racistas no filme Get Out (2017)**. 109f. Dissertação (Mestrado em História e Letras). Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras. Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá, 2021.

RAMALHO, Viviane. RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, Claudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne. Raça como retórica: a construção da diferença. In: Rezende, Claudia Barcellos e Maggie, Yvonne (Orgs). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

RODRIGUES, Vera. "Sim, o racismo existe!" In: AMARO, Sarita; OLIVEIRA Evaldo Ribeiro (orgs.). **Entre Vivências e Resistências: o racismo na ótica de negras(os) intelectuais**. 1. ed. Nova Práxis Editorial, Curitiba, 2019. p. 229-246.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o "medo branco" no século XXI. **Revista da ABPN**. v. 6, n. 13, 2014 p. 134-147.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. edição. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TWINE, France; STEINBUGLER, Amy. **The gap between whites and whiteness**: interracial intimacy and Racial Literacy. *Du Bois Review*, 3(2), 2006. 341–363.

VAN DIJK, Teun. **Discurso antirracista no Brasil**: da abolição às ações afirmativas. Trad. Conceição Guisardi e revisão da trad. Viviane Resende. São Paulo: Contexto, 2021.

DADOS DOS AUTORES

Marco Antonio Lima do Bonfim

Pós-doutor em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Estadual do Ceará (Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd/ CAPES). Doutor e mestre em Linguística Aplicada pela UECE. Professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Professor colaborador do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da UECE (MIHL). Coordenador do Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero (GEDIRG - UFPE/ UECE). Professor do Afro-Latin American Research Institute (ALARI) da Universidade Harvard. *E-mail*: marco.bonfim@ufpe.br

Érica Alves do Nascimento

É graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista no Ensino de Língua Portuguesa pela mesma universidade. Professora efetiva de Língua Portuguesa lotada na SEDUC - CE. Mestranda no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - UECE. Integra o Grupo de Estudos Discursos, Identidades, Raça e Gênero (GEDIRG - UFPE/ UECE). *E-mail*: erica.nascimento@aluno.uece.br

Joiciane Maria Rodrigues de Carvalho

É graduada em Letras com habilitação em língua inglesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Mestranda no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará. Integra o Grupo de Estudos Discursos, Identidades, Raça e Gênero (GEDIRG - UFPE/ UECE). *E-mail*: joiciane.carvalho@aluno.uece.br

Kátia Daniela Gomes Honorato

É graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Integra o Grupo de Estudos Discursos, Identidades, Raça e Gênero (GEDIRG - UFPE/ UECE). *E-mail:* katia.daniela@aluno.uece.br